

CONTRATO N.º 41/2024

AQUISIÇÃO DE FLOCULANTE PARA
DESIDRATAÇÃO DE LAMAS NAS CENTRÍFUGAS
DAS ETAR'S DE SANGALHOS E AMOREIRA DA
GÂNDARA

VALOR: 83 916,00 € + IVA

, Diretora de Departamento

Jurídico, Gestão Administrativa e Recursos Humanos, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Anadia e designada por despacho da Presidente da Câmara, datado de vinte e um de outubro do ano de dois mil e vinte e um como Oficial Público, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 2, do art.º 35.º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, lavra o presente contrato, num único exemplar, que se regerá pelas cláusulas abaixo indicadas e que vai ser assinado pelos outorgantes através da aposição de assinaturas eletrónicas, nos termos do artigo 94.º, n.º 1 do Código dos Contratos públicos (adiante designado por CCP) e por mim, o qual se considera datado e válido com a aposição da última assinatura.

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Anadia, com sede no Largo do Município, nº 17, em Anadia, Pessoa Coletiva número 501 294 163 neste ato representado por , , natural da , residente na , n.º , no lugar de , , , titular do Cartão de Cidadão número , válido até , que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal. A qualidade invocada foi verificada por fotocópia conferida da ata de instalação da Câmara Municipal de Anadia,

datada de 16/10/2021 e a suficiência dos poderes que legitimam a sua intervenção neste ato está prevista na alínea f) do n.º 2 do art. 35.º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 1 e no n.º 3 do art. 106.º do CCP, na redação atual.

SEGUNDO OUTORGANTE: SNF Portugal, Sociedade Unipessoal, Lda., com sede na rua do Convento, n.º144, Ap. 298, Zona Industrial de Fontiscos, freguesia de St. Tirso, Couto (S. Cristina e S. Miguel) e Burgães, concelho de Santo Tirso, distrito do Porto, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso, com o número único de matrícula e de Pessoa Coletiva n.º 502 654 015, com o capital social de Euros, neste ato devidamente representada pela sócia gerente , com , titular do Cartão de Cidadão número , emitido pela República Portuguesa válido até , Contribuinte Fiscal número 124 526 390, com qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela Certidão Permanente consultada em no portal

, válida até 05/12/2027.

Na sequência do procedimento de Concurso Público para a **aquisição de floculante para desidratação de lamas nas centrífugas das Estações de Tratamento de Águas Residuais (doravante ETAR's) de Sangalhos e Amoreira da Gândara** cujo Anúncio de Procedimento n.º 8082/2024 foi publicado no Diário da República II Série, n.º 81 de 24/04/2024, e Aviso de Prorrogação de Prazo n.º 9038/2024 de 08/05/2024 e respetiva adjudicação efetuada por despacho exarado pela Presidente da Câmara datado de 07/06/2024, de acordo com o relatório preliminar e final datados de 24/04/2024 e 05/06/2024 respetivamente, nos termos da Proposta apresentada, Programa de

eportugal.gov.pt com o código de acesso:



Procedimento e Caderno de Encargos, documentos que ficam a fazer parte integrante do presente contrato e que se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, e se encontram arquivados em formato digital na Secção de Contratos Públicos e Notariado com a designação CPúblico07/2024A, cujo procedimento correu na plataforma eletrónica acinGov, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes.

§ A minuta do presente contrato foi aprovada em simultâneo com a decisão de adjudicação por despacho exarado pela Presidente da Câmara datado de 07/06/2024.___

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objeto

O presente contrato tem como objeto a aquisição de floculante para desidratação de lamas nas centrífugas das ETAR's de Sangalhos e Amoreira da Gândara, de acordo com o Caderno de Encargos._____

CLÁUSULA SEGUNDA

Prazo de execução

O presente contrato entra em vigor após a publicitação no portal dos contratos públicos e mantém-se pelo prazo máximo de 365 dias, ou até à entrega total dos bens ao Município de Anadia, se esta ocorrer antes daquele prazo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devem perdurar para além da cessação do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

Obrigações principais do prestador de serviços

1.O segundo outorgante obriga-se a entregar o bem identificado na proposta, de acordo com os pedidos de entrega do produto formulados pelo Município de Anadia, na ETAR

de Sangalhos e na ETAR de Amoreira da Gândara, entrega esta, que deverá ocorrer no
prazo máximo de 5 dias após a sua solicitação. As quantidades mínimas a entregar serão
de 3 (três) IBC de 1050±50kg, no conjunto dos artigos e as quantidades máximas a
entregar serão de 8 (oito) IBC de 1050±50kg, no conjunto dos artigos
2. Obriga-se ainda a entregar o bem, com as características, especificações e requisitos
técnicos, previstas no Caderno de Encargos e de acordo com a Norma NP EN 901
(tipo1), bem como todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral
utilização do mesmo
3. Todas as despesas e custos de transporte dos bens para o local de entrega são da
responsabilidade do segundo outorgante, bem como todas as despesas e custos relativos
aos documentos mencionados no ponto anterior

CLÁUSULA QUARTA

Preço contratual

O valor do presente contrato é de **83 916,00** € (oitenta e três mil novecentos e dezasseis euros), valor ao qual acresce a taxa do IVA legal em vigor.

CLÁUSULA QUINTA

Encargos Orçamentais

1. O encargo resultante deste contrato é repartido pelos anos económicos de 2024 e 2025, estando a verba inscrita na Classificação Orgânica 02, Económica 020109, com cabimento e compromisso relativo à despesa em análise para o ano de 2024 no montante de 86 013,90 € (oitenta e seis mil e treze euros e noventa cêntimos) e para o ano de 2025, no montante de 17 202,78 € (dezassete mil duzentos e dois euros e setenta e oito cêntimos), conforme declaração emitida pela Técnica Superior Inês Mendonça, em 07/06/2024 com o compromisso n.º 60593, documentos que ficam a fazer parte



integrante do presente contrato e que se dão por integralmente reproduzidos para
todos os efeitos legais e que se anexam junto ao contrato
2.Nos termos e para os efeitos previstos na al. c) do n.º1 do art. 6.º da Lei n.º8/2012, de
21 de fevereiro e art.º 12.º do Decreto-Lei n.º127/2012, de 21 de junho, a assunção do
compromisso plurianual da despesa acima referida foi sujeita a autorização prévia da
Assembleia Municipal de Anadia, aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano
e Orçamento CMA para 2024, na sua sessão de 14/12/2023
CLÁUSULA SEXTA
Condições de Pagamento
As quantias devidas pelo Município de Anadia serão pagas nos termos do art. 299.º do
CCP
CLÁUSULA SÉTIMA
Penalidades contratuais
O Município de Anadia pode aplicar sansões pecuniárias nos termos estabelecidos da
cláusula 13.º do Caderno de Encargos.
CLÁUSULA OITAVA
Resolução do Contrato
O primeiro outorgante pode resolver o contrato nos termos previstos na cláusula 15.ª e o
segundo outorgante e nos termos previstos no art. 332.º do CCP.
CLÁUSULA NONA
Caução
Não é exigida a prestação de caução.
CLÁUSULA DÉCIMA

Gestor do Contrato

Para gestor do contrato foi designado o dirigente do Serviço de Controlo de Qualidade

da Água, , o qual detém a função de acompani	nar
permanentemente a execução deste nos termos do artigo 290.º-A do CCP.	
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA	
Subcontratação e cessão da posição contratual	
A subcontratação pelo segundo outorgante e a cessão da posição contratual por qualque	ıer
das partes depende da autorização da outra.	
O pedido de autorização deve ser instruído nos termos dos artigos 316.º e seguintes	do
Código dos Contratos Públicos.	
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA	
Fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas	
O presente contrato está isento da fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, r	ıos
termos do disposto no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto	
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA	
Resolução de Litígios	
Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato é competente o Tribur	nal
Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro	-
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA	
Casos Omissos	
Nos casos omissos no presente contrato observar-se-ão os diplomas legais em vig	or,
nomeadamente o CCP aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua	ı
redação atual e restante legislação aplicável	
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA	

Documentos de Habilitação

Verifiquei que o segundo outorgante tem regularizada a situação com a Segurança

Social e as contribuições e impostos, conforme Declaração emitida pelo Instituto de



Gestão Financeira da Segurança Social I.P. em 14/05/2024 e Certidão emitida pelo
Serviço de Finanças de Santo Tirso em 04/06/2024, documentos que arquivo junto ac
processo. Arquivo também no processo os Certificados dos Registos Criminais, bem
como o Anexo II a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, e certidão
permanente.
Declaram ainda os outorgantes que têm pleno conhecimento do conteúdo dos
documentos atrás referidos e que se encontram arquivados na Plataforma acinGov e na
Secção de Contratos Públicos e Notariado com a designação CPúblico07/2024A e que
fazem parte integrante deste contrato.
PRIMEIRO OUTORGANTE: SEGUNDO OUTORGANTE:
OFICIAL PÚBLICO: